

1 ATA DA 330ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
2 REALIZADA NOS DIAS 21 E 22 DE MAIO DE 2007
3

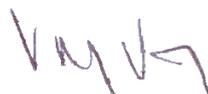
4 Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, os
5 membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala
6 de reuniões do Ministério da Justiça, em Brasília/DF. Estiveram presentes o 1º vice-
7 Presidente, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos; o 2º vice-Presidente, Dr. Maurício Kuehne;
8 os Conselheiros Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Martins Antico, Carlos Weis, César
9 Oliveira de Barros Leal, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert José Almeida Carneiro, Luís
10 Guilherme Vieira, Mario Julio Pereira da Silva e Pedro Sérgio dos Santos. Justificaram a
11 ausência os Conselheiros Cassio Castellarin, Edison José Biondi e Eleonora de Souza
12 Luna. Ausente, justificadamente, no dia vinte e dois de junho de dois mil e sete, o
13 Conselheiro Luís Guilherme Vieira. Presentes os alunos do UNICEUB: Tayra Rudá
14 Xavier Pires, Gláucia Cristina Barros da Silva, Maria Eliana Melo Araújo, Maurílio Coelho
15 Lima, Ana Paula Reis de Sá, Ana Paula Rodrigues Camargos, Agnaldo Vieira da Silva
16 Júnior, Thiago Leite Ferreira de Souza, Giselle de Lima e Deise Saraiva de Oliveira.
17 Compareceram igualmente a Dra Irema de Souza Vieira, do DEPEN; o Dr. Wilson Salles
18 Damazio; o Dr. Raimundo Hiroshi Kitanishi, do DPU; o Dr. Wladimir Corradi Coelho; o
19 Dr. Fernando Mauro Júnior; e o Dr. Leonardo Lorea Mattar. O 1º vice-Presidente Vetuval
20 Martins Vasconcelos iniciou os trabalhos, convidando para compor a mesa o Secretário
21 Nacional de Justiça, Dr. Antonio Carlos Biscaia, que também representava, na sessão, o
22 Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor Tarso Genro. Este saudou
23 os presentes e, em seguida, realçou a importância do CNPCP. Indagado sobre a
24 indicação dos novos membros e do Presidente do Conselho, informou que o Ministro da
25 Justiça Tarso Genro já estava ciente, devendo tomar as providências necessárias o
26 mais rápido possível. O Conselheiro Luís Guilherme Vieira pediu a palavra pela ordem
27 para saudar o Secretário Antonio Carlos Biscaia, oportunidade na qual apresentou
28 pequeno currículo de Sua Excelência. Consignou o Conselheiro Luís Guilherme Vieira
29 que conheceu o Secretário Biscaia, nos idos de 1979, realçando que Sua Excelência foi,
30 ao início de sua vida profissional, advogado do Banco do Brasil, depois, aprovado por
31 concurso de provas e títulos, Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro. O
32 Secretário Biscaia foi, ainda, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção
33 do Estado do Rio de Janeiro; Subsecretário de Estado de Justiça do Rio de Janeiro;
34 Presidente, por duas vezes, da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de
35 Janeiro; Procurador-Geral de Justiça, por dois mandatos, do Estado do Rio de Janeiro;

36 Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e é Professor Titular
37 da Universidade Candido Mendes. Por todas essas razões, concluiu o Conselheiro Luís
38 Guilherme Vieira, tem o Estado brasileiro, mais uma vez, a certeza de que poderá contar
39 com o empenho de Sua Excelência na continuada construção do Estado Democrático
40 de Direito, que não pode conviver mais com as Leis de Pânico e/ou Leis de Ocasão.
41 Por fim, o Conselheiro Luís Guilherme Vieira relatou, ao Conselheiro Biscaia, a sua
42 enorme preocupação com as recentes operações da Polícia Federal, as quais, em em
43 seu sentir e no sentir de um sem-número de operadores do Direito, vem, não raro,
44 expondo (execrando, para falar o menos) publicamente cidadãos, independentemente
45 de suas castas sociais, como se troféus fossem, deixando de preservar, assim, os
46 princípios constitucionais da presunção de inocência e, sobretudo, o da dignidade da
47 pessoa humana. Ademais, continuou a relatar o Conselheiro Luís Guilherme Vieira que,
48 nessas pomposas diligências da Polícia Federal, as prerrogativas profissionais dos
49 advogados (que não as possuem em causa própria, mas, sim, em nome dos direitos,
50 público e subjetivo, de seus constituintes) vêm sendo sistematicamente desrespeitadas.
51 Advogados não conseguem ter acesso aos autos dos inquéritos policiais; ter entrevista,
52 pessoal e reservada, com os seus constituintes etc, De mais a mais, também não raro a
53 Polícia Federal vem cedendo filmagens de diligências ou do resultado destas, e, ainda,
54 de documento preservados por sigilo, os quais são, posteriormente ou horas depois da
55 operação (quando não concomitantemente a elas, divulgadas, ao vivo e em cores, pelos
56 principais órgãos de comunicação, o que está a exigir, por parte da direção dessa
57 importante instituição republicana e do Ministério da Justiça, atenção para esses
58 abusos, tudo com o fim de se evitar maiores danos aos que já vêm ocorrendo, como
59 público e notório. Em seguida, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos externou, mais
60 uma vez, sua preocupação com tais divulgações pela imprensa e com a imprensa de um
61 modo geral, salientando que o CNPCP deveria convocar, novamente, o Senhor Diretor
62 da Polícia Federal, que, quando no Conselho esteve, comprometeu-se em tomar as
63 medidas necessárias para que isso não viesse mais a acontecer. O Secretário Antonio
64 Carlos Biscaia pediu a palavra para, em primeiro, agradecer as gentis palavras ditas
65 pelo Conselheiro Luís Guilherme Vieira e, em segundo, dizer que a preocupação dos
66 Conselheiros Luís Guilherme Vieira e Pedro Sérgio dos Santos também eram
67 preocupações do Ministério da Justiça, que não transigiria com qualquer tipo de abuso.
68 Mais, consignou Sua Excelência que, detectados os abusos, medidas seriam adotadas.
69 Em seguida, o 1º Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos submeteu ao crivo dos
70 Conselheiros a Ata da 329ª Reunião Ordinária, aprovada com as alterações propostas

71 pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Dando continuidade aos trabalhos,
72 passou-se à fase das **Comunicações e Proposições**. O 1º vice-Presidente cedeu a
73 palavra ao Conselheiro Maurício Kuehne, que mencionou a recomendação da equipe de
74 Auditoria da Controladoria Geral da União – CGU, acerca do recebimento dos benefícios
75 Auxílio-Transporte e Vale-Alimentação. Esclareceu que, a cada concessão, será
76 indispensável apresentar uma declaração emitida pelo órgão de origem dos
77 Conselheiros, na hipótese de o mesmo receber os referidos benefícios. O Conselheiro
78 Carlos Weis reportou a palestra que proferiu no último dia 16 de maio da cidade de
79 Teresina/PI, sobre o “Sistema Carcerário e Direitos Humanos: O papel do CNPCP”. O 1º
80 Vice-presidente Vetuval Martins Vasconcelos passou a palavra ao Conselheiro Geder
81 Luis Rocha, o qual comunicou que haverá um encontro da CONAPA e será
82 representante da Comissão Científica, e pediu ainda ao Dr. Antonio Carlos Biscaia
83 apoio ao projeto de Medidas e Penas Alternativas. O 1º Vice-presidente Vetuval Martins
84 Vasconcelos convidou para sentar-se à mesa a Promotora de Justiça do Distrito
85 Federal, Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto, a fim de que apresentasse sua
86 dissertação de mestrado intitulada “Flagrante e Prisão Provisória em Casos de Furto: na
87 Presunção de Inocência a Antecipação de Pena”. Após o encerramento da
88 apresentação, bastante elogiada, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos expôs sobre a
89 estrutura e as atribuições do CNPCP aos alunos do UNICEUB que se encontravam
90 presentes. Em seguida, o 1º Vice-presidente aprovou um voto de louvor à Dra Hebe
91 Teixeira Romano Pereira da Silva, Coordenadora-Geral de Reintegração Social e
92 Ensino, pelos relevantes trabalhos prestados e pela assunção do cargo de Chefe de
93 Gabinete da Advocacia Geral da União. Logo após, o Conselheiro Luis Guilherme Vieira
94 pediu a palavra e comunicou o falecimento do Professor Augusto Frederico Gaffrée
95 Thompson, jurista de escol, autor de inúmeros artigos doutrinários, publicados nas
96 principais revistas e livros, nacional e internacional, destacando-se, por tudo, as obras
97 “A Questão Penitenciária” e “Quem são os criminosos?”, referências obrigatórias na
98 biblioteca de todos aqueles que se dedicam estudar o Direito Penitenciário Brasileiro e
99 conhecer, profundamente, as questões que estão a permear o tão incompreendido
100 Sistema Carcerário pátrio. O Professor Thompson prestou, ao Brasil, e,
101 principalmente, ao Estado do Rio de Janeiro, relevantes serviços públicos como Diretor,
102 por duas vezes, do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Diretor, também
103 por duas vezes, do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, função que
104 exerceu até o seu passamento. Professor Thompson foi, continuou a dizer o
105 Conselheiro Luís Guilherme Vieira – que com ele tinha uma relação pessoal (em

106 verdade, filial), profissional e acadêmica de quase seis lustros, inquestionavelmente –
107 um dos mais lúcidos penitenciaristas do país, tendo seu falecimento causado uma
108 profunda consternação no seio da comunidade jurídica; Por tudo que representou o
109 Professor Thompson, o Conselheiro Luís Guilherme Vieira pediu que o Conselho lhe
110 prestasse a devida homenagem em honra à sua memória. O Conselheiro César Barros
111 Leal sugeriu, em primeiro, fosse feito um minuto de silêncio em louvor ao Professor
112 Thompson e, em seguida o Conselheiro Maurício Kuehne propôs, de imediato, que o
113 próximo concurso de monografias do CNPCP recebesse o nome do Professor Augusto
114 Frederico Gaffrée Thompson como homenageado, tendo colhido a aprovação unânime
115 dos presentes. O 1º vice-Presidente registrou que seria encaminhado um ofício aos
116 familiares do Dr. Augusto Frederico Gaffrée Thompson e ao Governador do Estado do
117 Rio de Janeiro, transmitindo condolências. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal
118 pediu a palavra e disse de sua amizade com o Dr. Thompson, a quem admirava
119 sobremaneira. Comunicou, a seguir, que esteve em Manaus há uma semana, a convite
120 de um grupo de estudantes que participam de uma pesquisa sobre o Egresso, num
121 projeto organizado por professores da Faculdade Estadual do Amazonas. Informou,
122 ainda, que foi convidado para proferir uma palestra no México, no Instituto Nacional de
123 Ciências Penais, sobre “As Boas Práticas de Execução Penal no Brasil”, quando
124 discorrerá sobre as APACs e os Centros de Ressocialização e a Vara de Execução de
125 Penas Alternativas da Comarca de Fortaleza, com seus programas de prestação de
126 serviços à comunidade e limitação de fim de semana. O 1º vice-Presidente, Dr. Vetuval
127 Martins Vasconcelos, passou a palavra ao Dr. Pedro Sérgio, o qual informou que, a
128 partir daquela data, os Conselheiros teriam o prazo de 15 dias para enviarem os artigos
129 que integrarão o livro em homenagem ao Dr. Antonio Cláudio Mariz. O 1º vice-
130 Presidente anunciou que seria apresentado, em seguida, o Relatório de Visita de
131 Inspeção à Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, redigido pelos Conselheiros César
132 Oliveira de Barros Leal e Carlos Ântico. O Relatório, para cuja leitura compareceram
133 representantes do Sistema Penitenciário Federal, foi aprovado por unanimidade. Em
134 seguida, o Presidente em exercício convidou para compor a mesa o Sr. Leonardo Lorea
135 Mattas do DPU, a fim de assistir à exposição dos Drs. Marcos Mazzotti e Gabriel Faria
136 Oliveira sobre a atuação da Defensoria Pública da União junto ao presídio federal de
137 Catanduvas/PR e junto à Seção de Execuções Penais da Seção Judiciária Federal de
138 Curitiba. Com a palavra, ambos agradeceram o convite formulado pelos Conselheiros
139 César Oliveira de Barros Leal e Carlos Martins Antico, por ocasião da visita que fizeram
140 à penitenciária federal. Falaram, ainda, de quão importante vem a ser a Defensoria

141 Pública da União no âmbito do sistema penitenciário federal, garantindo assistência
142 jurídica integral aos presos. O segundo dia começou com a apresentação da monografia
143 da Bacharelada em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Dra. Jôsie Jalles
144 Diógenes, intitulada “Tráfico Ilícito de Drogas Praticado por Mulheres no Momento do
145 Ingresso em Estabelecimentos Prisionais: Uma Análise das Reclusas do Instituto Penal
146 Feminino Des. Auri Moura Costa – IPFDAMC”. A apresentação foi bastante elogiada
147 pelos presentes e, atendendo a requerimento do Dr. César Oliveira de Barros Leal, foi
148 submetida ao Plenário a proposta de publicação da monografia, o que foi aprovado por
149 unanimidade. Em seguida, o Dr. Maurício Kuehne solicitou ao Conselheiro Mario Julio
150 Pereira da Silva que procedesse à leitura do Anteprojeto de Indulto Natalino/2007.
151 Numerosas intervenções foram feitas por parte dos Conselheiros, tendo o Presidente
152 em exercício solicitado que se encaminhasse às autoridades um Ofício pedindo
153 sugestões. Informou, também, que na dia 11 de junho, após a reunião do Conselho,
154 realizar-se-á, na IESB. O Circuito Universitário. Aproveitou para convidar os presentes a
155 assistirem à palestra do Conselheiro Herbert Carneiro sobre o “Papel do Juiz na
156 Execução Penal e à do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos sobre o “Lado Honesto do
157 Crime”. O 1º vice-Presidente Vetuval Martins Vasconcelos encerrou os trabalhos,
158 agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por
159 mim, Jussara Isaac Ribeiro.



160
161
162 **VETUVAL MARTINS VASCONCELOS**
163 1º Vice-Presidente do CNPCP

164 **Publicada no DOU nº 123, de 28/06/2007 – Seção 1 – pp. 44-45.**
165